



Projeto de Lei nº 01/2018

CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Emenda nº 01 (Modificativa)

Fica reformulado o artigo 8º do projeto de lei em tela, passando a constar com a seguinte redação:

“Art. 8º. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será composto por 10 (dez) membros titulares, e igual número de suplentes, sendo 5 (cinco) representantes do poder público e 5 (cinco) representantes da sociedade civil, conforme a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Público:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Obras;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;
- d) um representante da Polícia Militar, indicado pelo comandante local ou regional;
- e) um representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara;

II – Representantes da sociedade civil:

- a) um representante do Sindicato Servidores Municipais da Prefeitura Municipal de Bom jardim de Minas, indicado pelo respectivo presidente;
- b) um representante das denominações religiosas sediadas no Município (igreja católica, igrejas evangélicas, grupos espíritas, etc);
- c) um representante das empresas responsáveis pela operação de ferrovias que passam pelo município;
- d) 2 (dois) representantes da comunidade, eleitos diretamente em assembléia geral, dentre os cidadãos que voluntariamente manifestarem interesse.

Parágrafo único. Os representantes da sociedade civil, discriminados nas alíneas “b” e “d” do inciso II (titulares e suplentes), serão eleitos em assembléias a serem realizadas por cada um dos segmentos indicados, previamente



convocadas pelo Poder Executivo Municipal, com ampla divulgação na comunidade.”

Justificativa

A presente emenda visa primeiramente corrigir o desequilíbrio na formação do Conselho Municipal de Defesa Civil, que, na proposta do artigo 8º, contém 6 representantes de órgãos do poder público, mas não contém nenhum representante direto da sociedade civil.

Ocorre que a participação da comunidade é de essencial importância para o Sistema de Defesa Civil, pois é a população da cidade a destinatária das ações da Defesa Civil, tanto preventivas como de enfrentamento de desastres. Além disso, a participação de membros ativos da comunidade também favorece a mobilização, participação e organização da população, quando necessário.

Por isso, a presente emenda visa ampliar a composição do Conselho para a participação de representantes da sociedade civil.

O parágrafo sugerido ao final tem o objetivo de garantir a representatividade e a legitimidade dos membros do Conselho que representem a sociedade civil local. Com a norma aqui proposta, garante-se que os segmentos indicados no projeto deverão ser consultados formalmente, através de assembléias setoriais, nas quais os interessados terão oportunidade para apresentarem seus nomes e serem eleitos pelos participantes.

Sem essa regra, não há nenhuma cláusula no projeto que garanta a realização efetiva de tal consulta de forma ampla aos setores participantes.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2018.

Rita Maria de Almeida
Vereadora

Francisco Neto Caetano
Vereador